SPEA pede à Assembleia da República que proíba o fabrico, posse e venda de armadilhas para aves

3 de Julho, 2019

A Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) entregou na semana passada na Assembleia da República a petição #ArmadilhasNAO. Em nome dos mais de 4 000 cidadãos que assinaram a petição, a SPEA apela aos deputados que atuem para alterar as leis em vigor de forma a proibir o fabrico, posse e venda dos meios que permitem a captura ilegal de aves e dessa forma contribuir para reduzir a morte estimada de 40 a 180 mil aves por ano e ajudar a proteger a saúde dos nossos ecossistemas.

Apesar de as aves selvagens estarem protegidas por lei há duas décadas, todos os anos dezenas de milhares de aves são capturadas ou abatidas em Portugal, quer para serem vendidas como animais de companhia, consumidas como petisco ou simplesmente mortas. Estes crimes passam geralmente impunes por serem difíceis de detetar e investigar, em parte porque embora seja ilegal capturar ou caçar estas aves, os meios usados para estas capturas não são proibidos.

“As aves controlam pragas, são cruciais para manter a saúde dos nossos campos, e a lei portuguesa e europeia há 20 anos que reconhece isso”, diz Joaquim Teodósio, coordenador do Departamento de Conservação Terrestre da SPEA. “Mas para manter estas aves a salvo, não chega proibir que sejam capturadas: é necessário proibir também os meios que permitem capturá-las.”

Estes meios, como as armadilhas de mola (também conhecidas por costelos ou esparrelas), as redes e o “visgo” (uma cola artesanal destinada à apanha de pássaros em árvores, sebes ou no cimo de canas), matam indiscriminadamente qualquer ave que neles caia.

“As aves das zonas agrícolas estão a diminuir a um ritmo alarmante por toda a Europa, e os dados disponíveis indicam que em Portugal vamos pelo mesmo caminho. Perante este cenário, é urgente garantir que sejam realmente protegidas, e acabar com esta chacina ilegal”, diz Joaquim Teodósio. Espera-se que a petição seja agora debatida na Assembleia e desse debate se passe a alterações legislativas que contribuam para a diminuição desta ameaça às espécies de aves selvagens.